

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1009336-69.2017.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Compra e Venda**  
 Requerente: **Paulo Sergio Laera Júnior**  
 Requerido: **Lucia Helena Marques Chiosea e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **FLAVIA DE ALMEIDA MONTINGELLI ZANFERDINI**

Vistos,

Trata-se de pedido de cobrança, com pleito de tutela de urgência, ajuizada por Paulo Sergio Laera Junior, devidamente qualificado nos autos, em face de Lúcia Helena Marques Chiosea e Lindomar José Borges ME, igualmente qualificados, alegando em síntese, que: a) participava, juntamente com a ré e seu filho, de sociedade no empreendimento “Complexo Container”, integralmente montado pelas partes; b) no complexo foram instalados três contêineres. No primeiro foi instalada a empresa Felipe Mancuso Borges –ME, no segundo foi instalada a empresa Bar Container e no terceiro a Cervejaria Prata da Casa Ltda – ME; c) os dois últimos contêineres eram administrados pelo autor; d) em abril do corrente ano foi firmada a venda do empreendimento pela ré e seu filho, sendo pactuado o valor de R\$ 181.000,00; e) o autor não foi chamado para participar da venda; f) além do prejuízo do não recebimento dos valores a que tem direito pela venda do empreendimento, vem arcando com juros bancários e IOF, referentes a um empréstimo que efetuou no ano de 2016 para aplicar no empreendimento objeto desta ação; e g) as tentativas para receber os montantes devidos resultaram infrutíferas. Requer: a) os efeitos da Antecipação da Tutela para compelir a ré Lindomar José Borges – ME a sustar os cheques de nº 0081 a 116, que ainda não foram descontados, passando a depositá-los em conta judicial; b) a condenação da requerida ao pagamento da quantia de R\$ 88.000,00 relativos aos seus 50% da sociedade; e c) a condenação da requerida ao



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

pagamento dos prejuízos bancários, pelo não pagamento dos valores descritos, a serem apresentados em liquidação de sentença.

Juntou documento (fls. 02/54).

Decisão de fls. 55/56 determinou ao autor que emendasse a petição inicial para a inclusão de Marcos Marques no polo passivo e também para justificar a inclusão de Lindomar José Borges.

Manifestação do autor às fls. 57/58 em atendimento a decisão de fls. 55/56.

Decisão de fls. 59/60 recebeu a emenda à inicial, incluindo Marcos Marques Chiosea no polo passivo, indeferiu a tutela de urgência, excluiu do Polo Passivo, por ilegitimidade passiva de parte, Lindomar Borges-ME e designou audiência de conciliação.

Termo de audiência de conciliação com resultado infrutífero (fls. 70).

Os réus Lucia Helena Marques Chiosea e Marcos Marques Chiosea, em contestação de fls. 74/81, sustentam que, no final de 2015, Marcos e Arnaldo resolveram criar o empreendimento. Marcos suportou a locação do terreno e Arnaldo, pela sua larga experiência no comércio de cervejas artesanais, encarregou-se da captação de produtos e a gestão. Na ocasião, trouxeram para o empreendimento Felipe Mancuso Borges ME- (Pão de Queijo PQ), para comercialização de lanches. A previsão era de instalação de dois contêineres, um para a choperia (Marcos/Arnaldo) e outro para a comercialização de lanches e alimentos (Felipe Mancuso/PQ). Antes da inauguração, que se deu em novembro de 2015, o autor Paulo apresentou-se como interessado no empreendimento, propondo a instalação de um terceiro contêiner, para fabricação de cerveja artesanal, o qual permaneceu desativado até maio de 2017. Marcos teria desembolsado por volta de R\$ 179.000,00, suportando, ainda, a locação do espaço em conjunto com Felipe Mancuso/PQ. Arnaldo disponibilizou sua empresa e a experiência na comercialização de cerveja. Quanto ao autor, não se sabe o valor por ele desembolsado, pois nunca foi transparente com relação aos dispêndios que suportou. Em 2017, Arnaldo desligou-se da sociedade. Paulo comandava o negócio no aspecto financeiro. Não investiu bens patrimoniais, atuou de forma obscura e nunca arcou com quaisquer custos de locação.

Juntaram documentos (fls. 83/86).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Em réplica de fls. 91/95, o autor reiterou o pedido de tutela de urgência.

Juntou documentos (fls. 96/378).

Decisão de fls. 382 indeferiu a tutela de urgência (fls. 91).

Decisão saneadora às fls. 417/419 delimitou os pontos controvertidos.

Termo de audiência (fls. 428/429), constando: a) tentativa de conciliação, com resultado infrutífero; b) homologação da desistência de oitiva das testemunhas Felipe Borges e Marcos Zaparolli, arroladas pelos réus; c) oitiva das testemunhas pelo sistema audiovisual, Arnaldo Rafael Morelli, arrolada pelo autor e Nivaldo Merçes da Motta, arrolada pelos réus; e d) encerramento da fase de instrução, abrindo prazo para apresentação de memoriais.

Em alegações finais, do autor às fls. 438/442 e dos réus às fls. 443/459, com juntada de documentos às fls. 460/477, as partes insistiram em seus reclamos.

Decisão de fls. 493 determinou a manifestação do autor em relação aos documentos juntados pelos réus (fls. 460/477).

Manifestação do autor às fls. 496/499, impugnando os documentos juntados pelos réus.

É uma síntese do necessário.

Fundamento e decidido.

A prova pericial contábil, no caso em tela, é inviável por ausência da devida escrituração pelos sócios.

Em caso análogo, decidiu a Superior Instância: Dissolução de Sociedade Empresarial. Retirada do Sócio. Apurações de Haveres. Perícia Contábil. Impossível, diante da confusão patrimonial promovida pelas partes e por falta de elementos seguros, determinar o valor que o réu recebeu e não aplicou nas atividades da empresa. Se as partes irregularmente deixaram de fazer a escrituração contábil legalmente exigida, não podem esperar extrair da informalidade elementos seguros e confiáveis a dar fundamento a uma decisão judicial que imponha expressiva condenação em dinheiro como pretende o autor. Sentença que determinou a dissolução da sociedade e o pagamento ao réu de valor determinado mantido. Negado provimento ao recurso. (TJSP; Apelação 0005889-63.2006.8.26.0344; Relator (a): Carlos Alberto Garbi; Órgão Julgador: 10ª


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Câmara de Direito Privado; Foro de Marília - 5ª Vara Cível; Data do Julgamento: 28/04/2015; Data de Registro: 30/04/2015).

A prova oral produzida, contudo, autoriza que se conclua pela efetiva participação de Paulo na sociedade comercial, que nem sequer foi negada pelos réus.

Nesse contexto, a testemunha Arnaldo Rafael Morelli explicou que foi fazer parte do empreendimento comercial, que consistia em contêineres sobre um terreno, local em que se explorava o ramo alimentício. Afirmou que Marcos Marques Chioseira era dono do terreno e de dois contêineres. No início, esse projeto era integrado pelo depoente Arnaldo, Marcos Chioseira, que atuava junto com sua mãe Lúcia Chioseira. O depoente tinha uma loja de cerveja artesanal. Um contêiner estava vago, Felipe Borges montou uma lanchonete de nome PQburger e pagava aluguel. Em junho de 2016, o autor Paulo entrou no negócio. Seria instalado mais um contêiner, para uma fábrica de cerveja. Dessa forma, a sociedade seria composta por três sócios, Arnaldo, Marcos e Paulo, cada um deles com 33% da sociedade. Arnaldo deu nome e *know-how* para a cervejaria. Marcos teria entrado com R\$ 100.000,00 no início do empreendimento. Paulo, por sua vez, fez um empréstimo de R\$ 50.000,00 e pagava contas, que eram muitas, e apresentava, em reunião para os demais, as contas pagas e quando faltava dinheiro ele colocava na sociedade. O ingresso de Paulo se deu porque não havia mais dinheiro na sociedade e condições de continuar o negócio. O depoente Arnaldo foi o primeiro a sair da sociedade, em fevereiro de 2017. Não recebeu nada por isso. Paulo pagava as contas, recebia créditos e débitos. Era Marcos quem fechava o caixa e recebia os cheques. Marcos fez prestação de contas aos demais em um caderno. Marcos não exibia aos demais os *tickets* dos clientes. Quando Arnaldo fechou sua loja, as notas fiscais ficaram com Paulo que pagou ao depoente para fechar a loja. No local, chopeira e torneiras foram compradas por Marcos, assim como dois contêineres. A cobertura do local, concreto no chão e lâmpadas foram pagas por Paulo, que também pagou pelo jardim e pelos postes de energia. O depoente e Marcos foram para São Paulo e gastaram R\$ 2.000,00 no cartão de Paulo para comprar lâmpadas e fios. Felipe, que sublocava o imóvel, pagava uma faixa de R\$ 2.000,00 de aluguel para Marcos e depois acabou comprando a parte de Marcos e Paulo e ficou sozinho no empreendimento.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Testemunha arrolada pela ré, Nivaldo, apenas informou que Lúcia o contratou e pagou em dezembro de 2015, para fazer alicerce, contrapiso, muro e depois foi consertar uma pia e Lucia lhe pagou R\$ 50,00. Viu Paulo uma vez no imóvel.

Os *prints* de conversas entre Paulo e Lúcia indicam que ela sabia que devia valores para ele e disse que estava fazendo as contas (fls. 27/30).

Marcos acabou por vender para Felipe os dois contêineres e demais instalações por R\$ 181.000,00, conforme contrato anexado a fls.20/21.

Há documentos, outrossim, que indicam pagamentos de contas de água do estabelecimento comercial, compra de cerveja, pagamento de algumas outras contas por Paulo (fls.33, Brotas Beer, fls.47, energia elétrica, fls.48, R\$570,00 e fls.49, R\$950,00).

O CNPJ da empresa de Paulo era o utilizado para dar andamento ao negócio, o que também é incontroverso.

Temos o seguinte quadro: a sociedade de fato existia, mas não se sabe quanto aportou Paulo, quanto pagou de contas no empreendimento.

A prova oral, não infirmada por qualquer outro elemento probatório em contrários, indica sociedade entre três sócios, cada qual com 33% do empreendimento. Para ingresso de Paulo no empreendimento, essa teria sido a condição exigida por ele.

Impossível, diante da confusão patrimonial promovida pelas partes e por falta de elementos seguros, determinar os valores investidos por cada um dos sócios e obrigar os réus a pagarem eventuais juros bancários por empréstimos contraídos por Paulo para ingressar e dar andamento ao empreendimento.

De qualquer modo, Marcos e Lúcia fizeram investimentos iniciais no local e pagava aluguel pelo terreno, tendo comprado contêineres. Enfim, patenteou-se a efetiva sociedade e participação tanto do autor como dos réus com trabalho e investimento, sem que se possa apurar valores exatos em razão da informalidade e falta de escrituração.

Ora, se as partes irregularmente deixaram de fazer a escrituração contábil legalmente exigida, não podem esperar extrair da informalidade elementos seguros e confiáveis a dar fundamento a uma decisão judicial que ampare integralmente suas pretensões, mas sendo incontroverso nos autos que existiu uma sociedade comercial de fato entre as partes e demonstrando a prova oral que havia uma divisão informal de cotas,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

o autor faz jus a valores que lhe seriam devidos pela venda do estabelecimento a terceiro.

Portanto, há de se prestigiar a prova oral que indicou uma parceria de três sócios, em iguais proporções.

Nesse contexto, não se pode prestigiar a venda de todo o empreendimento para Felipe, sem qualquer repasse ao autor, que não faz jus a 50% do valor da venda do empreendimento e sim a 33% do valor da venda, ou seja, faz jus a receber R\$ 59.730,00.

Em face do exposto, julgo parcialmente procedente o pedido do autor para reconhecer a existência de sociedade comercial entre o autor e os réus, fazendo jus a 33% do valor pelo qual o empreendimento foi vendido, ou seja, a R\$ 59.730,00, com juros legais de mora desde a citação e correção monetária desde a data do efetivo prejuízo (datas dos pagamentos feitos pelo comprador aos réus vendedores). Julgo improcedente o pedido de condenação ao pagamento dos prejuízos que teria suportado por pagamento de encargos bancários.

Dada a sucumbência recíproca, cada parte arcará com metade das custas, das despesas processuais e com honorários advocatícios da parte adversa que arbitro em 10% sobre o valor da condenação.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 08 de agosto de 2018.

Juiz(a) **FLAVIA DE ALMEIDA MONTINGELLI ZANFERDINI**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**